

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA - CRUZEIRO DO OESTE

INTERVENÇÃO EM SALA DE AULA PARA ALUNOS DO CAMPO

CRUZEIRO DO OESTE

2014

VILMA ALVES NERES TORRES

INTERVENÇÃO EM SALA DE AULA PARA ALUNOS DO CAMPO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção da certificação do curso de Especialização em Educação do Campo, Setor Cruzeiro do Oeste da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a :Ana Christina Duarte Pires

CRUZEIRO DO OESTE

2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	5
2.1 REFLEXÃO SOBRE O ÊXODO RURAL	5
2.2 A EDUCAÇÃO DO CAMPO FRENTE AO ÊXODO RURAL.....	6
2.4 POSSÍVEIS INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS PARA MORADORES DO CAMPO ...	9
3 METODOLOGIA	11
4 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	12
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	13
REFERÊNCIAS.....	14

INTERVENÇÃO EM SALA DE AULA PARA ALUNOS DO CAMPO

Vilma Alves Neres Torres¹

RESUMO

O processo de intervenção e construção de condições educacionais adequadas ao morador do campo tem sido um tema muito discutido através das políticas públicas. Neste contexto numa reflexão sobre o êxodo rural, percebe-se que houve um intenso movimento migratório visto em poucas nações, e, isso trouxe mudanças tanto no campo, quanto nas cidades, por um lado, a superlotação nos grandes centros, e, por outro a substituição do homem pela máquina; a qual trouxe o desequilíbrio entre a indústria e agricultura, transformando as cidades em centros de pobreza extrema. A educação voltada para o campo sofreu muitas reivindicações para mudança, tanto no processo de aquisição de conhecimento, quanto na estrutura e condições para esse ensino-aprendizado. Para que uma intervenção seja oportunizada aos moradores do campo faz-se necessário que os profissionais da educação, Estado e demais envolvidos delimitem os espaço escolar das áreas rurais, a compreensão envolvida no processo de alfabetização, bem como em todo sistema escolar, levando em conta a singularidade de cada lugar, as pessoas, seus valores, cultura e particularidades. Acredita-se que com um planejamento pedagógico, sob a supervisão de equipes multidisciplinares o panorama educacional do morador do campo possa continuar a contemplar melhorias através das mudanças políticas e pedagógicas.

Palavras- Chave: Educação. Intervenção. Campo. Êxodo.

ABSTRACT

The process of intervention and provision of appropriate educational conditions of the resident camp has been very discussed through public policies. In this context a reflection on the rural exodus, we realize that there was an intense migratory movement seen in a few nations, and this has brought changes both in the countryside and in the cities, on the one hand, overcrowding in large cities, and on the other replacement of men by machines; which brought the imbalance between industry and agriculture, transforming cities into centers of extreme poverty. Education focused on the field has undergone many changes to the claims of both the knowledge acquisition process, as the structure and conditions for this teaching - learning. For an intervention to be nurtured to camp residents it is necessary that professionals in education , government and others involved clarifying the school environment in rural areas , the understanding involved in the literacy process , as well as throughout the school system , taking into account the uniqueness of each place, the people , their values , culture and circumstances . It is believed that with a pedagogical planning, under the supervision of multidisciplinary teams the educational landscape of the inhabitant of the field can continue to contemplate improvements across political and pedagogical changes.

Keywords: Education. Intervention. Field. Exodus.

INTRODUÇÃO

A educação no campo é um tema está ganhando evidência no Brasil devido ao movimento social educativo, movimento este que vem se consolidando a passos lentos, um desafio que precisa ser vencido com propostas educativas vinculadas a estratégias de desenvolvimento educacional.

A necessidade do morador do campo em socializar-se na construção de suas experiências fortalecidas através de um estudo voltado para o seu desenvolvimento, social, pessoal, intelectual e cultural é gritante se for comparado ao estudo dos grandes centros urbanos. Por isso, o movimento social desenvolvido pedagogicamente pelo governo federal, municípios e estados visam renovar-se através de propostas pedagógicas com práticas efetivas, eficientes e eficazes para o morador do campo, nas mais diversas comunidades, sejam elas: indígenas, caiçaras, lavradores, produtores, etc.

Sendo assim, este trabalho justifica-se pela necessidade de fazer uma reflexão sobre as intervenções pedagógicas oferecidas ao morador do campo, analisando o posicionamento do Estado em relação às práticas educativas oferecidas às pessoas que trabalham e residem no meio rural, além de identificar quais os métodos são adequados para lidar na educação do campo.

A pesquisa fundamenta-se em três tópicos, sendo eles: no subcapítulo 2.1 a Reflexão Sobre o Êxodo Rural; no subcapítulo; no 2.2 A Educação Frente ao Êxodo Rural, 2.3 Educação do Campo, Sua Função Social, Política e Cultural, e, no último subcapítulo 2.4 Possíveis Intervenções Pedagógicas Para Moradores do Campo. 3 Metodologia; 4 Proposta de Intervenção para a Educação do Campo, por fim, as Considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 REFLEXÃO SOBRE O ÊXODO RURAL

No Brasil o êxodo rural, entre as décadas de 1960 e 1980 alcançou a cifra de 27 milhões de pessoas, consolidando intenso movimento migratório visto em poucas nações. (Passador, 2006, p. 89)

Neste contexto histórico, essa desruralização retrata a ação migratória de muitas pessoas de várias regiões do Brasil, por um lado o morador do campo nas áreas rurais e por outro as cidades que começam a partir da década de 70 o processo de industrialização, um meio pelo qual o homem é substituído pela máquina.

De acordo com análise de Castro Barreto (1946) citado por Ferreira (1990) a migração rural-urbana [...] é resultado imposto pela sociedade de massa, sendo necessário que o campo e pequenos centros alimentem as grandes cidades

Em meio a substituição do homem pela máquina, a área rural hoje agrega um perfil diferenciado há tempos anteriores, segundo. A partir disso, aponta as causas desse processo, que ocorre quando:

1. o desenvolvimento cultural não acompanha o desenvolvimento econômico e a população busca os melhores ambientes;
2. As técnicas de comunicação (transporte, sistemas de comunicações, etc.) possibilitam o acesso a nova áreas, principalmente centro urbanos;
3. a alfabetização oferece ao colono a mínima possibilidade de realizar tarefas mais leves e mais bem remuneradas nos centros urbanos;
4. o regime de propriedade adotado no país – a meação – impede o acesso à terra, como propriedade legal. Segundo o autor nada mais é um regime feudal no qual o meeiro fica preso à gleba;
5. o regime econômico social adotado para o país não prende o homem à terra; e isso, aliado ao isolamento da cidade e à falta de educação rural, representa um dos mais importantes fatores do êxodo-rural. (FERREIRA, 1990, p. 209)

Castro ainda aponta que o desequilíbrio entre as atividades irmãs, indústria e agricultura, transforma as cidades em centros de pobreza extrema.

2.2 A EDUCAÇÃO DO CAMPO FRENTE AO ÊXODO RURAL

Durante a trajetória do êxodo rural, muitos moradores ficaram no campo, e diante das situações adversas vividas se uniram e buscaram por reformas, tais como: a reforma

agrária, divisão de terras, busca por melhores condições de vida, educação para seus filhos, delimitação entre o território indígena e camponeses, etc.

Rocha e Martins (2011) salientam que as escolas do campo, em um primeiro momento eram mantidas pelos fazendeiros; depois, a educação básica, passou a ser obrigação do Estado, e que de forma muito lenta foi assumindo essa obrigação no campo. E que, com a falta de Políticas Públicas que beneficiassem os camponeses, a cultura de desvalorização do homem e da mulher contribui para que esses moradores rurais migrassem para as cidades em busca de condições melhor de vida e que seus filhos estudassem, e, quando havia escola era de 1ª a 4ª série.

Observa-se na visão de Fernandes e Molina (2005) citado por Rocha & Martins (2011) que a educação teve como preocupação romper com as amarras do tradicionalismo secular que marcaram as relações do campo e fortalecer a luta pela terra:

O movimento Por uma Educação do Campo recusa essa visão [do latifúndio], concebe o campo como espaço de vida e resistência, onde camponeses lutam por acesso e permanência na terra e para edificar e garantir um *modus vivendi* que respeite as diferenças quanto à relação com a natureza, com o trabalho, sua cultura, suas relações sociais. Esta neoconcepção educacional não está sendo construída para os trabalhadores rurais, mas por eles, com eles, camponeses. Um princípio da Educação do Campo é que sujeitos da educação do campo são sujeitos do campo: pequenos agricultores, quilombolas, indígenas, pescadores, camponeses, assentados e reassentados, ribeirinhos, povos de florestas, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, boias-frias." (ROCHA & MARTINS, 2011, P. 97)

Mesmo em meio a tanta resistência a identidade da escola do campo de acordo com o parágrafo único do art. 2.º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo segundo o Mec. (2002, p. 37) citado por Seed (2006) é:

definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na sua temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de Ciência e Tecnologia disponível na Sociedade e nos Movimentos Sociais em defesa de projetos que associem as soluções por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (MEC, 2002, p.37).

A escola do campo deve portanto mediar o conhecimento e a formação do homem do campo, este acesso está garantido por lei conforme o artigo 6º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Tudo que é novo é visto com desconfiança e resistência, mas com as práticas pedagógicas adequadas o meio rural pode se sobressair frente aos grandes centros.

2.3 EDUCAÇÃO DO CAMPO, SUA FUNÇÃO SOCIAL, POLÍTICA E CULTURAL

De acordo com Ghedini & Onçay (2010) citado por Paglia (2010, p 67.), “O entendimento do campo como um modo de vida social contribui para”:

a autoafirmação da identidade dos povos do campo, no sentido da valorização do seu trabalho; da sua história; do seu jeito de ser; dos seus conhecimentos e do seu modo de ser e organizar a vida, numa relação de pertença com a natureza. Como ser da natureza a valorização deve se dar pelos próprios povos do campo, numa atitude de reafirmação e recriação da história. (PAGLIA, 2010, p 67.)

O valor oferecido ao homem do campo ainda é pouco comparado a globalização, como se diz no senso comum “o progresso” educacional ainda é lento na área rural, embora as políticas envolvidas neste processo de intervenção à educação oferecida ao morador do campo começou a ganhar força se comparado a décadas passadas.

Segundo Hofling(2001) citado por Barreiro (2010, p. 49), a materialização de uma política,

nem sempre está assegurada em sua proposição. Diversos fatores culturais e históricos vão construindo processos diferenciados de representações que interferem nos processos de aceitação, de rejeição e de incorporação das mudanças por parte de uma dada sociedade; desse modo, as escolhas das ações adotadas para a concretização de uma política são determinantes para seu sucesso ou fracasso.

A educação do campo segundo Seed (2006, p. 28) corrobora com o descrito acima ao afirmar que:

A educação do campo tem sido historicamente marginalizada na construção de políticas públicas. Tratada como política compensatória, suas demandas e sua especificidade raramente têm sido objeto de pesquisa no espaço da academia e na formulação de currículos nos diferentes níveis e modalidades de ensino. A educação para os povos do campo é trabalhada a partir de um currículo essencialmente urbano e, quase sempre, deslocado das necessidades e da realidade do campo. Mesmo as escolas localizadas nas cidades têm um currículo e trabalho pedagógico, na maioria das vezes, alienante, que difunde uma cultura burguesa e enciclopédica. É urgente discutir a educação do campo e, em especial, a educação pública no Brasil. Será que a educação tem servido para desenvolver cultura entendida como práxis, ou tem contribuído para afirmá-la na perspectiva do conceito burguês?

Sendo assim dependendo da equipe e do lugar os projetos políticos pedagógicos não buscam conhecer a realidade do homem do campo, bem como sua cultura, vida cotidiana, deficiências e necessidades. Os projetos são elaborados de modo mecanizado não levando em conta a singularidade do local, mas sim de modo engessado conforme é utilizado nos grandes centros.

A passos lentos houve algumas mudanças no contexto socialização/educação rural, no Paraná a SEED- Secretaria de Estado da Educação (2006. p. 09), A Educação

do Campo é,

uma política pública que nos últimos anos vem se concretizando no estado do Paraná, assim como no Brasil. Uma política pública pensada, mediante a ação conjunta de governo e sociedade civil organizada. Caracterizada como o resgate de uma dívida histórica do Estado aos sujeitos do campo, que tiveram negado o direito a uma educação de qualidade, uma vez que os modelos pedagógicos ora marginalizavam os sujeitos do campo, ora vinculavam-se ao mundo urbano, ignorando a diversidade sociocultural do povo brasileiro, especialmente aquela expressa na prática social dos diversos sujeitos do campo.

Essas ações como a SEED apontam resgata uma dívida histórica do Estado aos sujeitos do campo. Embora, se fizemos uma analogia entre as décadas passadas contemplamos mudanças significativas no campo, mas, a diferença social e muitas vezes a falta de conhecimento/e ou capacitação dos envolvidos na realidade local dificulta a expansão dos saberes.

2.4 POSSÍVEIS INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS PARA MORADORES DO CAMPO

Uma estratégia pedagógica refere-se a condição de sanar ou amenizar situações/problemas identificados num determinado momento da aprendizagem. Com o desenvolvimento de práticas e ações efetivas é possível mudar a realidade do descaso ao estudante do campo.

Neste prisma para desenvolver uma proposta de intervenção pedagógica, deve-se levar em conta o local, os moradores, o perfil da comunidade e a partir disso no coletivo, com a participação da equipe pedagógica, em conjunto com os professores atuar na efetivação da proposta interventora.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/96 estabeleceu-se algumas normas para a educação básica, para pessoas que residem no campo, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Tem-se um exemplo na Educação Escolar do Campo no Estado do Paraná a qual vem sendo construída baseada no direito universal, apropriando-se da diversidade que o campo oferece, ampliando os conhecimentos educacionais.

Segundo Costa et. al. (2008, p. 237- 238) no Paraná no período de 9 a 11 de março de 2004 foi realizado o I Seminário da Educação do Campo, um diálogo entre a sociedade civil organizada e estado, a qual foram estabelecidas as seguintes propostas que contribuíram para formular preliminarmente o Plano de Educação referente à Educação do Campo:

1 – Assegurar a organização da escola e dos currículos escolares vinculados à realidade do campo, garantindo a relação entre o acesso aos conhecimentos historicamente acumulados e os saberes da vivência cotidiana. 2 – garantir infraestrutura física e humana de qualidade para a Educação do Campo. 3 – Promover a formação e valorização dos educadores e educadoras do campo. 4 – Democratizar e universalizar os níveis e modalidades do Ensino para Educação do Campo, conforme a LDB 9394/96 e o art. 3º da Resolução CNE/CEB nº 1 de 03/04/2002 (Diretrizes Operacionais para Educação Básica do Campo). 5 – Fortalecer a identidade dos povos do campo, possibilitando a valorização da história e da cultura do homem e da mulher do campo. (PARANÁ, 2005, p. 71-72).

Baseado no texto de Costa sugere-se que a organização da escola e os currículos escolares para a educação no campo sejam elaborados de acordo com a realidade da área rural, isso possibilita universalizar os níveis e modalidades de ensino para esta população rural.

No ponto de vista de PAGLIA (2010) a Educação do Campo a partir do cotidiano dos movimentos sociais tem-se a construção da pedagogia tendo a luta como componente pedagógico, fazendo do embate com o sistema e das estruturas legitimadoras da desigualdade social um dos principais instrumentos de construção.

O autor ainda nos diz que tendo em vista as informações, a organização do espaço pedagógico amplia-se para além da sala de aula, embora a sala de aula seja um local privilegiado de construção das relações pedagógicas.

Neste panorama de construção das relações pedagógicas deve-se considerar que a formação continuada do docente é necessária e vital para que os projetos pedagógicos sejam assertivos nas áreas rurais.

Segundo Souza (2011, p. 53) dentre os movimentos e discussões sobre a educação na área rural, bem como para ensejar a institucionalização de políticas públicas para a educação no campo de 2008 aos dias atuais:

foram implementadas, a partir das políticas públicas, muitas outras ações, tais como o PROJOVEM DO CAMPO/Saberes da Terra, a continuidade de Programas como o PROCAMPO e a Rede de Educação para a Diversidade, grupo permanente de instituições públicas de ensino superior dedicado à formação

continuada de profissionais da educação, que tem o objetivo de disseminar e desenvolver metodologias educacionais para a inserção de temas da diversidade no cotidiano das salas de aula. Essa rede abrange cursos de formação continuada para professores da rede pública da educação básica em oito áreas da diversidade: relações étnico-raciais, gênero da diversidade, formação para tutores, jovens e adultos, educação no campo, educação integral e integrada, educação ambiental e diversidade e cidadania. (SOUZA, 2011, p. 53)

A autora ainda aponta que entre os objetivos do Plano Nacional da Educação de 2001 (BRASIL, 2001), relativos a educação do campo, consta:

A escola rural requer um tratamento diferenciado, pois a oferta de ensino fundamental precisa chegar a todos os recantos do País e a ampliação da oferta de quatro séries regulares e substituição as classes isoladas uni docentes é meta a ser perseguida, consideradas as peculiaridades regionais e a sazonalidade.

Corroborando com os autores acima na visão de ARROYO (2009, p. 75):

A questão que se coloca a meu ver hoje para todos os educadores que trabalham no campo é como recolher o conjunto de práticas educativas inovadoras que já acontecem na educação de adultos, nas escolas famílias-agrícolas, na educação infantil, nas escolas dos assentamentos, na formação de professores [...]

No campo, esses conjuntos de práticas educativas inovadoras possibilitam a construção do cidadão do campo, mas, faz-se necessário que os profissionais possam legitimar essa condição pedagógica no tratamento diferenciado para que o ensino da diversidade seja ofertado a todos, tanto nas séries regulares, quanto nos programas diferenciados destinados ao morador das áreas rurais.

3 METODOLOGIA

Neste tópico consta a descrição de como a pesquisa foi realizada, sendo abordado o tema intervenção em sala de aula para alunos do campo.

Para a obtenção dos dados adquiridos foram utilizados alguns métodos, pois como explicita Andrade (2009, p. 119). “Metodologia é o conjunto de método ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento”

O presente estudo terá a pesquisa bibliográfica para o levantamento dos dados através de artigos, livros, internet, e através do temas e atividades abordados durante o curso de Especialização em Educação do Campo

Conforme conceitua Barros e Lehfeld citado por Leão (2006) a pesquisa bibliográfica tem como o ato de ler, relacionar, fichar e arquivar informações importantes para a pesquisa. O objetivo da pesquisa bibliográfica é o de recolher, analisar e interpretar a teoria existente sobre determinado fato, assunto ou ideia.

A pesquisa utilizada para elaboração desse trabalho é qualitativa, pois, de acordo com Richardson (1999), o uso da metodologia qualitativa, descreve que: “a complexidade de determinado problema”, analisando as variáveis, compreendendo e classificando os processos vividos por grupos sociais, contribuindo nos processos de mudanças e possibilitando o entendimento das particularidades dos comportamentos individuais.

Foi utilizada também a pesquisa exploratória, pois o principal objetivo é o aprimoramento de ideias e/ou descoberta de intuições, ela proporciona maior familiaridade com o problema, com o intuito de torná-lo mais explícito ou construir hipóteses, possui um planejamento bastante flexível, possibilitando a consideração dos vários aspectos referentes ao fato estudado (GIL, 2002).

Após o levantamento dos dados, elaborou-se uma sugestão proposta de intervenção para alunos moradores do campo, algumas sugestões que poderão servir para a compreensão, estudo ou prática no âmbito educacional do campo.

4 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Uma proposta de intervenção para alunos moradores do campo é algo que precisa ser melhor trabalhado no sistema educacional, pois se trata do núcleo da renovação pedagógica. Os alunos do campo necessitam de políticas públicas que possam romper com o processo discriminatório, fortalecendo a identidade cultural, de modo que seja garantido um atendimento diferenciado aos educandos da área rural.

O planejamento estratégico deve conter condições para que os docentes tenham condições de desenvolver as atividades acadêmicas, bem como atingir as metas propostas, tendo como principal objetivo o desenvolvimento das competências básicas que envolvem o ensino-aprendizagem.

Propõe-se que os trabalhos sejam interdisciplinares, uma parceria entre a comunidade, governo municipal e instituições de ensino, para que os projetos pedagógicos transformem o papel da escola. Nesta perspectiva sugere-se que alguns parâmetros sejam priorizados, tais como: 1 Fazer um planejamento de como a escola, poderá oportunizar condições para contemplar todos os alunos da comunidade; 2 Fazer um levantamento sobre os moradores da área, sua realidade, dificuldades e expectativas; 3 Convocar o secretário da educação da área escolhida e expor os pontos críticos, e as necessidades que precisam ser sanadas; 4 Após levantamento de todos os dados, deve-se fazer uma reunião pedagógica com diretores e equipe pedagógica que devem traçar as metas a serem cumpridas; 5 Utilizar a realidade dos moradores e a partir dessa premissa, organizar as aulas; um exemplo seria: a) na aula de ciências trabalhar a questão dos alimentos orgânicos e sua importância, por meio de uma horta na escola; b) Flexibilizar os horários das aulas conforme a realidade local; c) Nas aulas de artes fazer artesanatos com matérias e materiais disponíveis na comunidade; d) Propor a alfabetização de adultos num horário que seja apropriado para os trabalhadores da área rural; e) Possibilitar a acessibilidade de alunos portadores de necessidades especiais através de recursos que permitam sua mobilidade, bem como oferecer sala de recursos com profissionais capacitados para melhor atendê-los.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a intervenção de práticas educativas relevantes para o morador do campo, faz-se necessário adquirir primeiramente conhecimento da área em que se pretende desenvolver os processos pedagógicos. Discutir acerca da sustentabilidade que estes processos possam ter diante de uma instituição de ensino voltada para o campo.

O corpo docente deve partir da premissa de que uma formação adequada dos profissionais da educação que visa atender os alunos do campo é a base para o começo,

e posteriormente a formação continuada para os professores seja uma realidade para que se efetive este processo de ensino-aprendizagem entre aluno/professor.

As ações promovidas através das políticas públicas refletem o panorama educacional, serve como parâmetro para embasar os processos das práticas educativas, porém ressalta-se que inovar uma proposta pedagógica implica em reformular um currículo, um desafio que os educadores, educandos e comunidade estejam focados interdisciplinarmente para que os conteúdos pedagógicos sejam precisos e assertivos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González, CALDART, Roseli Salete e MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: 4ª Ed, Vozes, 2009.

ANDRADE, Mauro Monteiro de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. **Política de educação no campo: para além da alfabetização (1952-1963)**, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BRASIL, MEC Ministério da Educação. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Brasília: DF: MEC/SECAD, 2002.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

COSTA, Lúcia Cortes da. **Estado e democracia: pluralidade de questões**. Ponta Grossa, Editora UEPG, 2008. 268p.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira, **Mundo rural e geografia. Geografia agrária no Brasil: 1930-1990**. São Paulo: Editora UNESP, 2002. (PROPP).

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEÃO, Lourdes Meireles. **Metodologia da pesquisa aplicada às ciências naturais**. Recife: UFRPE, 2006.

PAGLIA, Edmilson Cesar. **Práticas Pedagógicas em Educação no Campo**. Organização: Edmilson Cesar Paglia; Ana Cristina Duarte Pires; Diomar Augusto Quadros; Maximiliano Stersa Budke; Nara Ângela dos Anjos; Silvana Cassa Hoeller. Curitiba: UFPR Litoral, 2010. 127p. ISBN 978-85-63839-02-2

PASSADOR, Cláudia Souza. **A educação rural no Brasil: o caso da Escola de Campo no Paraná.** São Paulo: Annablume, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry e colaboradores. **Pesquisa Social: Métodos e técnicas.** 3ª. ed. rev. Ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUZA, Gabriela Coelho de; (org). Coordenado pela Univesidade Aberta do Brasil.- UAB/UFRGS e pelo curso de Graduação e Tecnologia- Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. **Transformações no Espaço Rural.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

ROCHA, Maria Isabel Antunes; MARTINS, Aracy Alves, org. **Educação do Campo: desafios para a formação de professores.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. (Coleção Caminhos da Educação do Campo I).

SEED. Governo do Estado do Paraná Secretaria do Estado do Paraná Secretaria do Estado da Educação Superintendência da Educação. Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Curitiba, 2006. Disponível em:
<http://www.nre.seed.pr.gov.br/umuarama/arquivos/File/diretrizes_estaduais_campo.PDF>
. Acessado em 06 de abril de 2014.